

Lei torna espanhol obrigatório

RACHEL LIBRELON E
ANA HELENA PAIXÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

Se depender apenas da vontade dos deputados distritais, os estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal poderão escolher se querem aprender inglês ou espanhol na escola. O Projeto de Lei 665/2003, aprovado na Câmara Legislativa na última quinta-feira, torna obrigatória a oferta da língua espanhola para alunos de escolas públicas de ensino fundamental e médio do DF. Para entrar em vigor, a proposta depende da sanção do governador Joaquim Roriz.

Pela nova lei, de autoria do deputado Paulo Tadeu (PT), a nova disciplina será implementada progressivamente, a começar pelo 1º ano do ensino médio e, em seguida, a partir da 5ª série do ensino fundamental. O projeto não determina a partir de quando a regra passa a valer. "Sei que o Estado precisa de tempo para se reorganizar. Talvez seja preciso contratar novos professores. Há muitos profissionais que se formam nessa área", diz Paulo Tadeu.

O deputado explica que não será preciso aumentar a carga horária, uma vez que o aluno terá que optar por uma das línguas, sem prejuízo, no mesmo horário. "Não vejo nenhuma dificuldade para isso, pois já existe a experiência de o aluno optar entre artes e música, por exemplo", pondera o autor da lei.

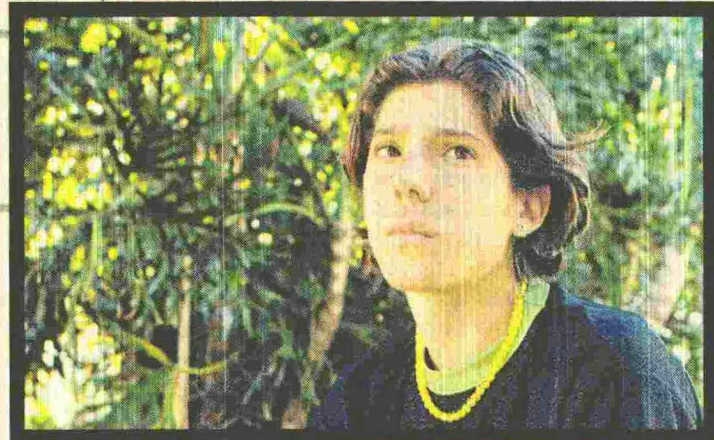
A novidade foi vista com desconfiança pelos alunos do Centro de Ensino Médio da Asa Norte (Cean). Eles temem o aumento da carga horária, que é de seis aulas por dia, com 11 disciplinas. O aluno do 1º ano do ensino médio Ismael Munaretto, 15, é um dos estudantes temerosos. Além do português, ele entende e fala um pouco da língua dos avós, nascidos na Itália. Mas tem pavor de inglês. "Não consigo e nem quero aprender. Por isso, optei pelo espanhol aqui na escola. Agora, se for obrigatório cursar duas disciplinas e eu tiver que fazer inglês, vai ser mais uma chance de ser reprovado", reclama.

O diretor do Cean, Jovandir Botelho de Andrade, explica que, por meio de um convênio com o Centro Interescolar de

Línguas (CIL), os alunos da escola podem optar entre três línguas estrangeiras. "Eles podem fazer inglês, espanhol ou francês no CIL. A gente nem tem professor de línguas aqui na escola", ressalta.

A subsecretária de Educação Pública, Eliana Ferrari, também cita o CIL e diz que a lei não traz

nenhuma novidade. Ela considera difícil colocar a opção pelo inglês ou pelo espanhol na escola convencional. "Para colocar a medida em prática, seriam necessárias alterações nas cargas horárias de outras disciplinas", diz. Mas ela não descarta a possibilidade de fazer uma experiência.



COMO MUITOS COLEGAS, ISMAEL MUNARETTO VÊ PROJETO COM DESCONFIANÇA